CRÉDITO RURAL: SIMPLES, RÁPIDO E OPORTUNO



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

A AGROPECUÁRIA tem se expandido de forma extraordinária no Brasil. O mercado internacional demanda alimentos, e o Brasil tem aproveitado as oportunidades. Para tanto, o setor tem investido em máquinas, equipamentos e tecnologias para elevar a produtividade e a qualidade dos produtos.

A busca por eficiência requer um maior aporte de capital por unidade de área, o que aumenta o valor em risco nos empreendimentos. A agricultura, como atividade biológica, condicionada pelo clima, sofre com frustrações de safra invariavelmente. Portanto, o crédito rural precisa ser utilizado com parcimônia, em proporção adequada e/ou com cobertura de seguro, de tal sorte que o negócio da empresa tenha sustentação nos anos de perdas.

O agronegócio brasileiro cresceu tanto que o crédito oficial não teve como acompanhá-lo. Essa é a razão pela qual modelos de financiamento privado, como o *barter,* foram construídos. A Lei do Agro (n° 13.986/20) foi publicada com o intuito de fomentar mecanismos privados de crédito, tanto pelo aprimoramento de instrumentos existentes, quanto pela criação de novos títulos. Esse arcabouço fortalecerá os canais de irrigação do crédito rural via mercado de capitais.

Em outra perspectiva, o Censo Agropecuário revela que apenas 15% dos estabelecimentos rurais acessam financiamentos regularmente. Uma pesquisa recente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) em quatorze estados, com 4.366 produtores, apurou que 38% deles nunca acessaram qualquer tipo de financiamento e 83% jamais contrataram seguro rural. Além disso, a pesquisa elucidou as causas da dificuldade de tomada de crédito, sendo as principais razões: excesso de papelada/burocracia; demora na liberação; inadequação das garantias exigidas; juros altos; baixo limite de crédito; venda casada; e custos cartorários.

Apesar dos esforços para se ampliar o crédito privado, há que se considerar que o crédito oficial tem um papel estratégico junto aos pequenos e aos médios produtores. A geada ocorrida em julho último no estado de São Paulo atingiu, entre outras culturas, a cafeicultura de montanha, de pequena escala. A situação ilustrou as agruras dos produtores, uma vez que a maioria não contava com seguro ou Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) e vai precisar de crédito para recuperação do cafezal.

Produtores que não tinham proteção e mesmo alguns que tinham vão precisar de apoio financeiro. Os que já contavam com operações de crédito vão precisar de financiamento adicional e ficarão com duas operações pendentes. Nesse momento, ao contrário do que deveria ocorrer, as exigências das instituições, as garantias exigidas e a burocracia aumentam.

Para evidenciar a dificuldade de acesso ao crédito, basta analisar a linha de recuperação de cafezais do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), pois, dos R$ 160,0 milhões disponíveis, apenas R$ 21,7 milhões foram emprestados aos cafeicultores na última safra. A linha estava aberta, os recursos foram alocados, mas não houve repasse das instituições financeiras aos destinatários.

Essa realidade precisa mudar. Maior competição no mercado, eficiência nos programas oficiais, consolidação dos instrumentos privados de financiamento, maturidade das *fintechs* e chegada do *open finance* são grandes oportunidades, uma vez que os recursos precisam chegar com facilidade aos produtores, com baixo custo de intermediação, sem venda casada e burocracia. O crédito rural deve ser simples, rápido e oportuno! ■